

PROCEDIMENTO Nº 18/2024

CONCURSO PÚBLICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS
PÚBLICOS DE APROVISIONAMENTO RELATIVOS AO
FORNECIMENTO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS EM REGIME DE
ALUGUER OPERACIONAL PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DE
ILHA DO SERVIÇO REGIONAL DE SAÚDE E PARA A
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE E SEGURANÇA SOCIAL

Programa do Procedimento

Locação de bens móveis, Classificação CPV:

34115200-8 Veículos a motor para o transporte de menos de dez pessoas

34130000-7 Veículos a motor para o transporte de mercadorias

34144900-7 Veículos eléctricos

Procedimento n.º 18/2024

Concurso Público para a celebração de Contratos Públicos de Aprovisionamento relativos ao fornecimento de veículos automóveis em regime de aluguer operacional para as Unidades de Saúde de Ilha do Serviço Regional de Saúde e para a Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social

Programa do Procedimento

Concurso Público para a celebração de Contratos Públicos de Aprovisionamento relativos ao fornecimento de veículos automóveis em regime de aluguer operacional para as Unidades de Saúde de Ilha do Serviço Regional de Saúde e para a Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social.

Plataforma de contratação pública *acinGov*

Os interessados que pretendam concorrer ao presente procedimento devem fazê-lo através da plataforma de contratação pública *acinGov*, disponível em www.acingov.pt.

Para o efeito devem garantir a completa adesão à referida plataforma, através do registo e preenchimento do respetivo formulário em www.acingov.pt no separador '**Aderir**'.

Nesse momento, ser-lhe-á enviado para o endereço de correio eletrónico indicado aquando do registo, um e-mail com o assunto "***acinGov* - Criação de utilizador**", através do qual deverá definir a sua senha de acesso.

Ao aceder à plataforma consulte a "**informação de adesão**", e aí poderá fazer o *download* do formulário de adesão e do contrato, para assinar e remeter à *acinGov*.

Para mais informações relativamente à instalação do certificado no seu computador contactar a plataforma eletrónica.

ÍNDICE

CAPÍTULO I	6
DISPOSIÇÕES GERAIS	6
1. Regime Legal Aplicável	6
2. Objeto do Concurso	6
3. Entidade adjudicante	7
4. Entidades adquirentes	7
5. Órgão que tomou a decisão de contratar	7
6. Consulta preliminar ao mercado	7
7. Admissão de concorrentes	8
8. Agrupamentos	8
9. Documentos do procedimento	9
10. Júri do Procedimento	10
11. Esclarecimentos e erros e omissões	10
CAPÍTULO II	13
PROPOSTAS	13
12. Documentos que integram a proposta	13
13. Apresentação de propostas variantes	15
14. Preço anormalmente baixo	15
15. Locais de fornecimento	16
16. Modo de apresentação das propostas	17
17. Prazo para apresentação das propostas	17
18. Prazo de manutenção das propostas	18
19. Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas	18
CAPÍTULO III	19
ADMISSÃO DE SELEÇÃO DE CONCORRENTES	19
20. Critério de adjudicação	19

Procedimento n.º 18/2024

Concurso Público para a celebração de Contratos Públicos de Aproveitamento relativos ao fornecimento de veículos automóveis em regime de aluguer operacional para as Unidades de Saúde de Ilha do Serviço Regional de Saúde e para a Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social

Programa do Procedimento

21. Análise e exclusão das propostas	23
22. Audiência prévia	24
23. Causadas de não adjudicação	24
24. Causas de caducidade da adjudicação	25
CAPÍTULO IV	27
CONTRATOS	27
25. Documentos de habilitação	27
26. Minuta e celebração do contrato	29
CAPÍTULO V	30
DISPOSIÇÕES FINAIS	30
27. Encargos do concorrente	30
28. Comunicações	31
ANEXO I	32
MODELO DE DECLARAÇÃO	32
ANEXO II	37
MODELO DE PROPOSTA	37
ANEXO III	37
ESTIMATIVA DOS CUSTOS DO CICLO DE VIDA	38
ANEXO IV	39
MODELO DE DECLARAÇÃO	39

Procedimento n.º 18/2024

Concurso Público para a celebração de Contratos Públicos de Aproveitamento relativos ao fornecimento de veículos automóveis em regime de aluguer operacional para as Unidades de Saúde de Ilha do Serviço Regional de Saúde e para a Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Regime legal aplicável

A tudo o que não estiver especialmente previsto no presente Programa, aplica-se a legislação nacional e comunitária, nomeadamente o regime previsto no Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual e no Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores (RJCPRAA), aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A de 29 de dezembro, na sua redação atual, bem como o regime jurídico aplicável à constituição, estrutura orgânica e funcionamento das centrais de compras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 200/2008, de 9 de outubro, e o diploma da central de compras para o sector da saúde na Região Autónoma dos Açores, designadamente o Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2010/A, de 15 de fevereiro, em vigor nos termos do disposto pelo n.º 1 do artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 25/2019/A, de 15 de novembro.

2. Objeto do Concurso

- 2.1. O presente concurso tem por objeto a celebração de Contratos Públicos de Aprovisionamento (CPA) relativos ao fornecimento de veículos automóveis em regime de aluguer operacional para as Unidades de Saúde de Ilha do Serviço Regional de Saúde e para a Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social.
- 2.2. O CPA, celebrados na sequência do presente Procedimento regularão, nos termos que resultam do Caderno de Encargos, as relações futuras a estabelecer entre a entidade adjudicante, a(s) entidade(s) adjudicatária(s) e as entidades adquirentes.
- 2.3. O procedimento de contratação adotado segue a forma de Concurso Público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia.

Procedimento n.º 18/2024

Concurso Público para a celebração de Contratos Públicos de Aprovisionamento relativos ao fornecimento de veículos automóveis em regime de aluguer operacional para as Unidades de Saúde de Ilha do Serviço Regional de Saúde e para a Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social

3. Entidade adjudicante

- 3.1.** A entidade adjudicante é a Região Autónoma dos Açores através da Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social – Direção Regional da Saúde.
- 3.2.** A Direção Regional da Saúde tem sede no Solar dos Remédios, Largo dos Remédios 9701-855 Angra do Heroísmo, telefone n.º +351 295 204 200, fax n.º +351 295 243 568, e-mail sres-drs@azores.gov.pt.

4. Entidades adquirentes

As entidades adquirentes são as Unidades de Saúde de Ilha do Serviço Regional de Saúde e a Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social mencionadas no **ANEXO II do Caderno de Encargos**.

5. Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar e de escolha do procedimento foi tomada pelo Diretor Regional da Saúde, por despacho datado de 31 de outubro] de 2024, ao abrigo do disposto na Orgânica da Secretaria Regional da Saúde e Desporto, aprovada pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 15/2021/A, de 6 de julho, na sua redação atual.

6. Consulta preliminar ao mercado

- 6.1.** Foi efetuada consulta preliminar ao mercado, ao abrigo do disposto no artigo 35.º-A do CCP, para efeitos de fixação do preço base, nos termos do n.º 3 do artigo 47.º do mesmo diploma.
- 6.2.** Todas as informações pertinentes trocadas no âmbito da referida consulta, designadamente o preço apresentado por cada entidade consultada, podem ser disponibilizadas aos futuros concorrentes do procedimento, caso assim seja solicitada, o que necessariamente só ocorrerá após terminado o prazo de

Programa do Procedimento

apresentação de propostas, salvo se os documentos que constituem a proposta foram classificados como confidenciais por parte do interessado.

7. Admissão de concorrentes

Podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento participante no presente procedimento todas as entidades que detenham capacidade para a execução do contrato a adjudicar, que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP e no artigo 33.º do RJCPRAA, e que cumpram todos os requisitos estabelecidos na lei, no Programa do Procedimento e no Caderno de Encargos.

8. Agrupamentos

- 8.1.** Ao concurso podem apresentar-se como concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
- 8.2.** Quando os concorrentes forem um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas os documentos previstos no n.º 1 do artigo 81.º do CCP devem ser apresentados por todos os seus membros.
- 8.3.** A constituição jurídica dos agrupamentos não é exigida na apresentação da proposta, mas as empresas agrupadas serão responsáveis solidariamente, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta e pelo pontual cumprimento de todas as obrigações emergentes da proposta pelo cumprimento de todas as obrigações inerentes à apresentação da candidatura, à adjudicação da mesma e à celebração e execução do contrato, se for o caso.
- 8.4.** No caso de a adjudicação ser feita a um agrupamento de empresas, estas associar-se-ão, obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, por qualquer forma de associação regulada pelo quadro legal vigente, designadamente, na modalidade jurídica de consórcio externo ou agrupamento complementar de empresas devendo, se optarem pela constituição de consórcio externo, as

Procedimento n.º 18/2024

Concurso Público para a celebração de Contratos Públicos de Aproveitamento relativos ao fornecimento de veículos automóveis em regime de aluguer operacional para as Unidades de Saúde de Ilha do Serviço Regional de Saúde e para a Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social

Programa do Procedimento

entidades que compõem o agrupamento concorrente indicar o chefe do consórcio e conferir-lhe, no mesmo ato, e por procuração, os poderes a que se referem as alíneas do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, e ainda os poderes especiais para receber da entidade adjudicante, e dela dar quitação de quaisquer quantias que devam ser pagas às consorciadas em execução do contrato que eventualmente venha a ser celebrado.

- 8.5.** Os membros de um agrupamento candidato não podem ser candidatos neste procedimento de forma isolada, nem integrar outro agrupamento candidato.
- 8.6.** As entidades que compõem o agrupamento devem designar um representante comum para praticar quaisquer atos respeitantes ao presente procedimento, incluindo a assinatura da proposta, devendo, para o efeito, entregar instrumentos de mandato emitidos para cada uma das entidades que o compõem.
- 8.7.** Salvo disposição imperativa da lei em sentido contrário, qualquer alteração, nomeadamente cessão de posição, ao agrupamento candidato depende de prévia autorização escrita da entidade adjudicante.

9. Documentos do procedimento

- 9.1.** O presente procedimento rege-se pelo disposto no presente Programa, no Caderno de Encargos e respetivos Anexos, bem como por quaisquer outros documentos que façam ou venham a fazer parte integrante do presente procedimento, designadamente os esclarecimentos e retificações que venham a ser prestados.
- 9.2.** As peças do procedimento previstas no número anterior são integralmente disponibilizadas na plataforma de contratação pública *acinGov*, disponível em www.acingov.pt, a partir da data da publicação do anúncio.
- 9.3.** Para efeitos do disposto no número anterior os interessados podem obter cópias do processo de concurso, desde a data de publicação do respetivo anúncio até

Procedimento n.º 18/2024

Concurso Público para a celebração de Contratos Públicos de Aprovisionamento relativos ao fornecimento de veículos automóveis em regime de aluguer operacional para as Unidades de Saúde de Ilha do Serviço Regional de Saúde e para a Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social

Programa do Procedimento

ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas, sendo as cópias disponibilizadas através da referida plataforma eletrónica.

9.4. Sem prejuízo do disposto no número anterior, as peças do procedimento encontram-se disponíveis na morada referida no ponto 3.2., onde podem ser consultadas nos dias úteis, das 10:00 horas às 12:00 horas e das 14:30 horas às 16:30 horas, desde a data da publicação do respetivo anúncio até ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

10. Júri do Procedimento

10.1. O presente procedimento é conduzido por um júri, composto por 3 (três) membros efetivos e 2 (dois) suplentes, designados por deliberação do órgão competente para a decisão de contratar.

10.2. Compete ao júri, nomeadamente:

- a) Proceder à apreciação das propostas;
- b) Prestar os esclarecimentos solicitados pelos interessados;
- c) Elaborar relatórios de análise das propostas;
- d) Proceder à audiência prévia dos concorrentes.

10.3. Compete ainda ao júri as decisões acerca de pedidos de prorrogação de prazo para apresentação das propostas e demais atos que se venham a revelar necessários no âmbito do presente procedimento, excluindo os que se encontram previstos na parte final do n.º 2 do artigo 69.º do CCP.

10.4. Quando necessário podem ser designados peritos ou consultores técnicos para apoiarem o júri nas suas funções, podendo participar, sem direito de voto, nas reuniões.

11. Esclarecimentos e erros e omissões

11.1. Até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas os interessados podem solicitar ao júri do procedimento, por escrito,

Procedimento n.º 18/2024

Concurso Público para a celebração de Contratos Públicos de Aprovisionamento relativos ao fornecimento de veículos automóveis em regime de aluguer operacional para as Unidades de Saúde de Ilha do Serviço Regional de Saúde e para a Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social

Programa do Procedimento

esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, bem como apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças de procedimento detetados e que digam respeito a:

- a) Aspectos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis.

11.2. Excetua-se do disposto no ponto anterior os erros e as omissões que os concorrentes, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas, apenas pudessem detetar na fase de execução do contrato.

11.3. Para efeitos do disposto no ponto 11.1. os interessados devem aceder ao procedimento na plataforma eletrónica de contratação referida no ponto 9.2.

11.4. Os esclarecimentos solicitados são prestados pelo júri, por escrito, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica de contratação referida no ponto 9.2.

11.5. No mesmo prazo previsto no número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam por ele expressamente aceites.

11.6. O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros e das omissões aceites nos termos do disposto no número anterior.

11.7. O órgão competente para a decisão de contratar pode, por iniciativa própria, proceder à retificação de erros ou omissões dos documentos do procedimento, nos termos e nos prazos previstos nos pontos anteriores.

Procedimento n.º 18/2024

Concurso Público para a celebração de Contratos Públicos de Aproveitamento relativos ao fornecimento de veículos automóveis em regime de aluguer operacional para as Unidades de Saúde de Ilha do Serviço Regional de Saúde e para a Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social

Programa do Procedimento

- 11.8.** Os esclarecimentos, bem como as pronúncias sobre os erros e as omissões e as retificações, são disponibilizados na plataforma eletrónica de contratação referida no ponto 9.2. e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados ser, imediatamente, notificados desse facto.
- 11.9.** Os esclarecimentos e as retificações apresentados fazem parte integrante dos documentos do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estes em caso de divergência.
- 11.10.** Quando as retificações ou os esclarecimentos previstos no artigo 50.º do CCP sejam comunicadas para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
- 11.11.** Quando os esclarecimentos e as retificações, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações.
- 11.12.** A falta de resposta a qualquer pedido de esclarecimento até à data prevista no ponto 11.4., desde que o mesmo tenha sido apresentado com observância do prazo previsto no ponto 11.1., justifica a prorrogação do prazo para apresentação das propostas, no mínimo por período equivalente ao do atraso verificado.
- 11.13.** A prorrogação do prazo de apresentação de propostas aproveita todos os interessados.

Procedimento n.º 18/2024

Concurso Público para a celebração de Contratos Públicos de Aprovisionamento relativos ao fornecimento de veículos automóveis em regime de aluguer operacional para as Unidades de Saúde de Ilha do Serviço Regional de Saúde e para a Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social

CAPÍTULO II

PROPOSTAS

12. Documentos que integram a proposta

12.1. A proposta deve incluir os elementos documentais enunciados em seguida, os quais são de apresentação obrigatória:

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, a que se refere o art.º 36.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A de 29 de dezembro, elaborada em conformidade com o modelo constante do **ANEXO I ao presente Programa**, do qual faz parte integrante, ou, em sua substituição, o Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), a que se refere o n.º 6 do art.º 57.º do CCP, devidamente assinado pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.
- b) Proposta de preço total, com indicação do preço unitário por aluguer, por quilómetro o qual inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante no Caderno de Encargos, incluindo todos os pagamentos em que se incorre, com respeito pelo preço base constante do **ANEXO I do Caderno de Encargos**, expresso em euros e não incluindo o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), elaborada em conformidade com o modelo constante do **ANEXO II ao presente Programa**;
- c) Memória descritiva dos veículos que o concorrente propõe fornecer, em regime de aluguer operacional, incluindo catálogos e/ou fichas técnicas que o concorrente julgue necessário a uma correta avaliação do cumprimento das características solicitadas;
- d) Licença para aluguer sem condutor de veículos de passageiros e de mercadorias, emitida pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.;

Programa do Procedimento

- e) Documento justificativo dos custos de vida do contrato a celebrar no âmbito do presente procedimento concursal, nos termos do n.º 4 do artigo 18.º do RJCPRAA, de acordo com o **ANEXO III do presente Programa**;
- f) Declaração do fabricante em como os equipamentos cumprem os requisitos definidos no Decreto-Lei n.º 12/2011, de 24 de janeiro, quanto à sua conceção ecológica, se aplicável;
- g) Documento com identificação das entidades subcontratadas ou a subcontratar para o fornecimento, se aplicável;
- h) Documento que contenha os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo, se aplicável;
- i) Documentos que identifiquem inequivocamente os termos do suprimento de cada um dos erros e omissões aceites pelo adjudicante, se aplicável;
- j) No caso de agrupamentos concorrentes, os respetivos instrumentos de mandato e declaração indicando o representante do agrupamento;
- k) Certidão comercial atualizada ou respetivo código de acesso;
- l) Documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e de assinatura e submissão de propostas em plataforma eletrónica, no caso de não resultar da certidão comercial.

12.2. Para efeitos do disposto na alínea b) do ponto anterior, o preço deve ser expresso com 4 (quatro) casas decimais, sem necessidade da sua indicação por extenso, sob pena de se considerar tantos zeros quantas as casas decimais em falta.

12.3. A memória descritiva a que se refere a alínea c) do 12.1 deve descrever com suficiente detalhe o tipo de veículo, as respetivas características e especificações, de forma a ser possível apurar, de modo claro e inequívoco, o cumprimento dos requisitos legais e das características, especificações e requisitos mínimos previstos no **ANEXO I do Caderno de Encargos**, bem como todas as informações que devem constar das propostas.

Procedimento n.º 18/2024

Programa do Procedimento

- 12.4.** Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
- 12.5.** Caso os documentos que integram a proposta sejam redigidos em língua estrangeira, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.
- 12.6.** Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida na alínea a) do ponto 12.1 deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.
- 12.7.** Os concorrentes podem apresentar proposta para um, mais ou todos os lotes a concurso.
- 12.8.** A proposta deve mencionar expressamente que ao preço total acresce o IVA, se aplicável, indicando-se o respetivo valor e a taxa legal aplicável.

13. Apresentação de propostas variantes

Não são admitidas propostas variantes.

14. Preço anormalmente baixo

- 14.1.** Para efeitos do presente procedimento considera-se que o preço resultante de uma proposta é anormalmente baixo quando seja 40% ou mais inferior ao preço base, nos termos do disposto pelo n.º 2 do artigo 29.º do RJCPRAA.
- 14.2.** A necessidade de fixação de um preço anormalmente baixo tem em conta a especificidade dos bens e serviços a concurso, aos quais se exige um elevado grau de confiança e credibilidade, que apenas se coaduna com a média resultante de preços de mercado de bens e serviços de tipologia semelhante.

Procedimento n.º 18/2024

Concurso Público para a celebração de Contratos Públicos de Aprovisionamento relativos ao fornecimento de veículos automóveis em regime de aluguer operacional para as Unidades de Saúde de Ilha do Serviço Regional de Saúde e para a Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social

Programa do Procedimento

14.3. O órgão competente para a decisão de contratar, ou o júri, deve fundamentar a decisão de exclusão de uma proposta com essa justificação, solicitando previamente ao respetivo concorrente que preste esclarecimentos, por escrito e em prazo adequado, relativos aos elementos constitutivos relevantes da proposta.

14.4. Na análise dos esclarecimentos prestados pelo concorrente nos termos do número anterior, pode tomar-se em consideração justificações inerentes, designadamente:

- a) À economia do fornecimento dos bens e serviços;
- b) Às soluções técnicas adotadas ou às condições excecionalmente favoráveis de que o concorrente comprovadamente disponha para a execução do fornecimento objeto do contrato a celebrar;
- c) À originalidade dos bens e serviços propostos;
- d) Às específicas condições de trabalho de que beneficia o concorrente;
- e) À possibilidade de obtenção de um auxílio de Estado pelo concorrente, desde que legalmente concedido;
- f) À verificação de decomposição do respetivo preço, por meio de documentos comprovativos dos preços unitários incorporados no mesmo, nomeadamente, folhas de pagamento e declarações de fornecedores, que atestem a conformidade dos preços apresentados e demonstrem a sua racionalidade económica;
- g) Ao cumprimento das obrigações decorrentes da legislação em matéria ambiental, social e laboral, referidas no n.º 2 do artigo 1.º-A do CCP.

15. Locais de fornecimento

15.1. Os locais de fornecimento dos bens objeto do presente procedimento são os referidos no **ANEXO II do Caderno de Encargos**.

15.2. Os serviços inerentes ao fornecimento dos veículos, em regime de aluguer operacional, deverão ser prestados na área de cada um dos locais de

Procedimento n.º 18/2024

Concurso Público para a celebração de Contratos Públicos de Aproveitamento relativos ao fornecimento de veículos automóveis em regime de aluguer operacional para as Unidades de Saúde de Ilha do Serviço Regional de Saúde e para a Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social

Programa do Procedimento

fornecimento indicados no ponto anterior, cingindo-se à ilha correspondente, ou no limite máximo à Região Autónoma dos Açores.

- 15.3.** Os concorrentes não podem, em caso algum, para efeito do cumprimento das suas obrigações decorrentes do procedimento, invocar o desconhecimento dos referidos locais ou imputar qualquer responsabilidade a esse título à entidade adjudicante.

16. Modo de apresentação das propostas

- 16.1.** Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação referida no ponto 9.2.
- 16.2.** Para efeitos do disposto no número anterior é necessário aceder ao procedimento na plataforma eletrónica de contratação referida no ponto 9.2., anexando todos os documentos exigidos pela entidade adjudicante.
- 16.3.** Os concorrentes devem assinar eletronicamente, através de assinatura eletrónica qualificada, a proposta e todos os documentos que lhe associarem.
- 16.4.** Em caso de ficheiros comprimidos ou *zipados* deve ser aposta assinatura eletrónica qualificada em cada um dos documentos constantes do ficheiro *zip*.
- 16.5.** Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve o concorrente submeter na plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.

17. Prazo para apresentação das propostas

- 17.1.** A proposta deve ser apresentada até às **23:59 horas UTC** do **30.º dia** contado da data de envio dos anúncios.
- 17.2.** A pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha adquirido as peças do procedimento, o prazo referido no ponto anterior pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveita a todos os interessados.

Procedimento n.º 18/2024

Concurso Público para a celebração de Contratos Públicos de Aproveitamento relativos ao fornecimento de veículos automóveis em regime de aluguer operacional para as Unidades de Saúde de Ilha do Serviço Regional de Saúde e para a Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social

Programa do Procedimento

17.3. As decisões de prorrogação nos termos do disposto no ponto anterior cabem ao júri, e serão juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se de imediato aviso daquelas decisões através de anúncio no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores, Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia.

17.4. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las através de comunicação ao júri, sem prejuízo do direito de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo.

18. Prazo de manutenção das propostas

O prazo de manutenção das propostas é de 180 (cento e oitenta) dias.

19. Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas

19.1. No dia útil seguinte ao termo do prazo para apresentação das propostas, será disponibilizada através da plataforma de contratação pública referida no ponto 9.2 a lista dos concorrentes, bem como as propostas apresentadas pelos mesmos.

19.2. Os concorrentes podem consultar a lista referida no número anterior, bem como as propostas apresentadas pelos concorrentes, na sua área de trabalho.

19.3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de 3 (três) dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da apresentação tempestiva da sua proposta.

Procedimento n.º 18/2024

Concurso Público para a celebração de Contratos Públicos de Aprovisionamento relativos ao fornecimento de veículos automóveis em regime de aluguer operacional para as Unidades de Saúde de Ilha do Serviço Regional de Saúde e para a Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social

CAPÍTULO III

ADMISSÃO DE SELEÇÃO DE CONCORRENTES

20. Critério de adjudicação

20.1. O critério no qual se baseia a apreciação das propostas e consequente adjudicação de cada um dos lotes é o da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, determinado através da modalidade de multifator, contemplando como fatores o preço global do lote (P) e características técnicas diferenciadoras de cada lote (CTD), respeitando a seguinte fórmula para a classificação final (CF):

$$CF = 0,70 \times P + 0,30 \times CTD$$

tendo em conta a seguinte expressão:

$$P = \frac{P_{base} - P_{proposta}}{P_{base}} \times 100$$

Em que:

P_{base} corresponde ao valor base do lote para a totalidade dos veículos;

$P_{proposta}$ corresponde ao valor do concorrente apresentado na proposta para a totalidade dos veículos para o mesmo lote.

Para determinar a pontuação total de **CTD**, considere-se a soma total dos pontos atribuídos a transpor para a fórmula de classificação final, tendo em conta o seguinte:

LOTE 1

- Autonomia do veículo elétrico superior a 270 km em ciclo combinado e 320 km em ciclo urbano – **5 pontos / cada 25 km a mais em ciclo combinado até ao limite máximo de 20 pontos;**
- Incluir ponto de carregamento vulgo *wallbox* ou equivalente (1 por cada veículo elétrico) – **20 pontos**
- Prazo de entrega do veículo inferior a 90 dias – **20 pontos;**
- Preço proposto inferior por quilómetro percorrido a mais – **10 pontos;**
- Número de quilómetros anuais contratados superior ao mínimo estipulado no CE – **10 pontos;**
- N.º de opcionais – **1 ponto por cada opcional até ao limite de 9 pontos;**
- Opcional “Sensores de estacionamento traseiros (radar ou câmara)” incluído – **2 pontos;**
- Opcional “Airbag Cortinas laterais” incluído – **2 pontos;**
- Opcional “Pneu sobressalente (medida igual às restantes)” incluído – **2 pontos;**
- Número de reboques anuais superior ou igual a três – **1 ponto por cada reboque a mais até ao limite de 5 pontos.**

LOTES 2 e 3

- Autonomia do veículo elétrico superior a 270 km em ciclo combinado e 320 km em ciclo urbano – **5 pontos / cada 25 km a mais em ciclo combinado até ao limite máximo de 20 pontos;**
- Incluir ponto de carregamento vulgo *wallbox* ou equivalente (1 por cada veículo elétrico) – **20 pontos**
- Prazo de entrega do veículo inferior a 90 dias – **20 pontos;**
- Preço proposto inferior por quilómetro percorrido a mais – **10 pontos;**

Programa do Procedimento

- Número de quilómetros anuais contratados superior ao mínimo estipulado no CE – **10 pontos**;
- N.º de opcionais – **1 ponto por cada opcional até ao limite de 11 pontos**;
- Opcional “Sensores de estacionamento traseiros (radar ou câmara)” incluído – **2 pontos**;
- Opcional “Pneu sobressalente (medida igual às restantes)” incluído – **2 pontos**;
- Número de reboques anuais igual ou superior a três – **1 ponto por cada reboque a mais até ao limite de 5 pontos**.

LOTES 4 e 5

- Prazo de entrega do veículo inferior a 90 dias – **35 pontos**;
- Preço proposto inferior por quilómetro percorrido a mais – **25 pontos**;
- Número de quilómetros anuais contratados superior ao mínimo estipulado no CE – **20 pontos**;
- N.º de opcionais – **1 ponto por cada opcional até ao limite de 9 pontos**;
- Opcional “Sensores de estacionamento traseiros (radar ou câmara)” incluído – **2 pontos**;
- Opcional “Caixa automática” incluído – **2 pontos**;
- Opcional “Pneu sobressalente (medida igual às restantes)” incluído – **2 pontos**;
- Número de reboques anuais superior ou igual a três – **1 ponto por cada reboque a mais até ao limite de 5 pontos**.

Procedimento n.º 18/2024

Concurso Público para a celebração de Contratos Públicos de Aprovisionamento relativos ao fornecimento de veículos automóveis em regime de aluguer operacional para as Unidades de Saúde de Ilha do Serviço Regional de Saúde e para a Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social

LOTE 6

- Autonomia do veículo elétrico superior a 270 km em ciclo combinado e 320 km em ciclo urbano – **5 pontos / cada 25 km a mais em ciclo combinado até ao limite máximo de 20 pontos;**
- Incluir ponto de carregamento vulgo *wallbox* ou equivalente (1 por cada veículo elétrico) – **20 pontos**
- Prazo de entrega do veículo inferior a 90 dias – **20 pontos;**
- Preço proposto inferior por quilómetro percorrido a mais – **10 pontos;**
- Número de quilómetros anuais contratados superior ao mínimo estipulado no CE – **10 pontos;**
- N.º de opcionais – **1 ponto por cada opcional até ao limite de 9 pontos;**
- Opcional “Sensores de estacionamento traseiros (radar ou câmara)” incluído – **2 pontos;**
- Opcional “Pneu sobressalente (medida igual às restantes)” incluído – **2 pontos;**
- Considerar veículo de substituição – **2 pontos;**
- Número de reboques anuais superior ou igual a três – **1 ponto por cada reboque a mais até ao limite de 5 pontos**

LOTE 7 e 8

- Prazo de entrega do veículo inferior a 90 dias – **30 pontos;**
- Preço proposto inferior por quilómetro percorrido a mais – **20 pontos;**
- Número de quilómetros anuais contratados superior ao mínimo estipulado no CE – **20 pontos;**
- N.º de opcionais – **1 ponto por cada opcional até ao limite de 9 pontos;**
- Opcional “Sensores de estacionamento traseiros (radar ou câmara)” incluído – **2 pontos;**

Programa do Procedimento

- Opcional “Caixa automática” incluído – **2 pontos**;
- Opcional “Pneu sobressalente (medida igual às restantes)” incluído – **2 pontos**;
- Considerar veículo de substituição – **10 pontos**;
- Número de reboques anuais superior ou igual a três – **1 ponto por cada reboque a mais até ao limite de 5 pontos**.

20.2. É adjudicada apenas uma proposta para cada lote a concurso.

20.3. Em caso de empate, é adjudicada a proposta que obtiver a melhor pontuação parcial no fator com maior coeficiente de ponderação, caso o empate subsista, será adjudicada a proposta que obtiver a melhor pontuação parcial no fator com segundo maior coeficiente de ponderação. Caso o empate subsista, será adjudicada a proposta selecionada na sequência de sorteio a desenrolar presencialmente com os concorrentes, do qual será lavrada ata pelo júri.

21. Análise e exclusão das propostas

21.1. As propostas são analisadas em todos os seus atributos que densificam o critério de adjudicação e termos ou condições.

21.2. São excluídas as propostas cuja análise revele alguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º ou no n.º 2 do artigo 146.º, ambos do CCP.

21.3. Cada lote originará um contrato autónomo, pelo que a avaliação e adjudicação de propostas poderá ser feita em conjunto ou separadamente para cada um dos lotes, podendo existir uma decisão de adjudicação para cada lote, a ocorrer em momentos distintos, seguindo automaticamente os tramites relativos à adjudicação de cada lote sem que isso influencie cada um dos contratos a celebrar.

Procedimento n.º 18/2024

Concurso Público para a celebração de Contratos Públicos de Aprovisionamento relativos ao fornecimento de veículos automóveis em regime de aluguer operacional para as Unidades de Saúde de Ilha do Serviço Regional de Saúde e para a Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social

22. Audiência prévia

- 22.1.** A decisão de adjudicação é precedida de audiência prévia escrita dos concorrentes.
- 22.2.** Os concorrentes têm 5 (cinco) dias, após o envio do Relatório Preliminar pelo júri, para se pronunciarem por escrito sobre o mesmo.
- 22.3.** Durante a fase de audiência prévia, os concorrentes têm acesso às informações e comunicações escritas de qualquer natureza que tenham sido prestados, bem como às versões finais integrais das propostas apresentadas.

23. Causas de não adjudicação

- 23.1.** Não há lugar a adjudicação quando:
- a) Nenhum concorrente haja apresentado proposta;
 - b) Todas as candidaturas ou todas as propostas tenham sido excluídas;
 - c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas;
 - d) Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem.
- 23.2.** A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes.
- 23.3.** No caso da alínea c) do ponto 23.1. do presente Programa, é obrigatório dar início a um novo procedimento no prazo máximo de 6 (seis) meses a contar da data da notificação da decisão de não adjudicação.
- 23.4.** Quando a entidade adjudicante decida não adjudicar, com fundamento no disposto nas alíneas c) e d) do ponto 23.1 do presente Programa, deve indemnizar

Programa do Procedimento

os concorrentes, cujas propostas não tenham sido excluídas, pelos encargos em que comprovadamente incorreram com a elaboração das respetivas propostas.

23.5. A decisão de não adjudicação determina a revogação da decisão de contratar. A deliberação de não adjudicação é fundamentada e publicitada nos mesmos termos em que publicitada a sua abertura.

23.6. Os concorrentes que, entretanto, tenham apresentado propostas são notificados dos fundamentos da deliberação de anulação do concurso e, ulteriormente, da abertura de novo concurso.

23.7. Quando as circunstâncias previstas nas alíneas c) e d) do ponto 23.1 do presente Programa, ocorrerem entre o início do procedimento e o termo do prazo de apresentação das propostas, a decisão de contratar também pode ser revogada.

24. Causas de caducidade da adjudicação

24.1. Há lugar a caducidade da adjudicação se:

- a) O adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação, nos prazos fixados para o efeito ou não apresentar os referidos documentos em língua portuguesa ou em tradução devidamente legalizada;
- b) O adjudicatário não confirmar, quando aplicável, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da sua proposta;
- c) O adjudicatário falsificar qualquer documento de habilitação ou prestar de forma culposa falsas declarações;
- d) Por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não remeter o contrato assinado eletronicamente no prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, bem como no caso de, sendo o adjudicatário um agrupamento, os seus membros não se tiverem associado nos termos previstos no ponto 8.4. deste Programa do procedimento.

Procedimento n.º 18/2024

Concurso Público para a celebração de Contratos Públicos de Aprovisionamento relativos ao fornecimento de veículos automóveis em regime de aluguer operacional para as Unidades de Saúde de Ilha do Serviço Regional de Saúde e para a Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social

Programa do Procedimento

- 24.2.** Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do número anterior, a entidade adjudicante notifica o adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe um prazo, não superior a 5 (cinco) dias, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
- 24.3.** Quando as situações previstas no número anterior se verifiquem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, a entidade adjudicante concede-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional de 5 (cinco) dias para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.
- 24.4.** Sem prejuízo de outras causas de caducidade previstas, determina ainda a caducidade da adjudicação a ocorrência superveniente de circunstâncias que inviabilizem a celebração do contrato, designadamente por impossibilidade natural ou jurídica, extinção da entidade adjudicante ou do adjudicatário ou por insolvência deste.
- 24.5.** Em caso de caducidade da adjudicação em virtude da verificação de alguma das causas previstas no ponto 24.1. ou em virtude da verificação do ponto anterior, por motivo respeitante ao adjudicatário, a entidade adjudicante adjudica a proposta ordenada em lugar subsequente.
- 24.6.** Se, por facto que lhe seja imputável, a entidade adjudicante não outorgar o contrato no prazo previsto no ponto 26.7. deste Programa do Procedimento, o adjudicatário pode desvincular-se da proposta, sem prejuízo do direito a ser indemnizado por todas as despesas e demais encargos em que comprovadamente incorreu com a elaboração da proposta.
- 24.7.** No caso previsto no número anterior, o adjudicatário pode, em alternativa, exigir judicialmente a celebração do contrato.
- 24.8.** Cada lote origina um contrato autónomo, pelo que pode existir uma decisão de adjudicação para cada lote, a ocorrer em momentos distintos, sendo que a

Procedimento n.º 18/2024

Concurso Público para a celebração de Contratos Públicos de Aprovisionamento relativos ao fornecimento de veículos automóveis em regime de aluguer operacional para as Unidades de Saúde de Ilha do Serviço Regional de Saúde e para a Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social

verificação de vicissitudes relativas a alguma delas não prejudica a tramitação procedimental das demais.

CAPÍTULO IV CONTRATOS

25. Documentos de habilitação

25.1. O adjudicatário deve apresentar na plataforma eletrónica de contratação referida no ponto 9.2, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação os documentos de habilitação referidos no artigo 81.º do CCP, nomeadamente:

- a) Declaração do concorrente de inexistência de impedimentos, a que se refere o n.º 2 do artigo 40.º do RJCPRAA, elaborada em conformidade com o modelo constante do **ANEXO IV** ao presente Programa do Procedimento, do qual faz parte integrante, que deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP - a primeira e a última relativamente ao concorrente bem como a todos os gerentes ou administradores em efetividade de funções, se aplicável, e a segunda e a terceira relativamente ao concorrente apenas -, através das declarações dos organismos competentes, como o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e Repartição de Finanças do domicílio ou sede do concorrente, quanto à situação contributiva perante a Segurança Social e ao pagamento de impostos, bem como através do certificado de registo criminal, quanto à condenação por crimes relevantes neste âmbito;

Programa do Procedimento

- c) Sempre que o adjudicatário seja uma entidade sujeita, deve o mesmo estar inscrito no Registo Central do Beneficiário Efetivo (<https://rcbe.justica.gov.pt>), e apresentar documento comprovativo atualizado;
 - d) Certidão comercial atualizada, ou respetivo código de acesso ou, no caso de agrupamento de concorrentes, as respetivas certidões ou códigos de acesso às mesmas, nas situações em que a(s) entregue(s) em sede de proposta já não se encontrar(em) válida(s);
 - e) Documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e de assinatura e submissão de documentos de habilitação em plataforma eletrónica, no caso de não resultar da certidão comercial ou outro documento já entregue ao longo do procedimento.
- 25.2.** Os documentos descritos na alínea b) do número anterior devem ser apresentados também quanto a entidades subcontratadas ou a subcontratar para o fornecimento, se aplicável, nos termos e para os efeitos do disposto na al. b) do n.º 1 do artigo 317.º e no n.º 3 do artigo 318.º, ambos do CCP.
- 25.3.** São prova bastante do cumprimento da alínea b) do n.º 25.1 os documentos referidos no artigo 83.º-A do CCP.
- 25.4.** Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução legalizada, se os respetivos originais, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos em língua estrangeira.
- 25.5.** Quando os documentos a que se refere o ponto 25.1 se encontrem disponíveis na *internet*, o concorrente pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos deles constante estejam redigidos em língua portuguesa.
- 25.6.** O adjudicatário não tem de apresentar os documentos previstos na al. b) do ponto 25.1 se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.

Procedimento n.º 18/2024

Concurso Público para a celebração de Contratos Públicos de Aprovisionamento relativos ao fornecimento de veículos automóveis em regime de aluguer operacional para as Unidades de Saúde de Ilha do Serviço Regional de Saúde e para a Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social

Programa do Procedimento

- 25.7.** O órgão competente para a decisão de contratar ou o júri podem sempre exigir ao adjudicatário, em prazo a fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.
- 25.8.** Em sede de habilitação o adjudicatário deve indicar o(s) representante(s) para outorga do contrato.
- 25.9.** O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a 5 (cinco) dias.
- 25.10.** Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação por falta de apresentação dos documentos de habilitação, a entidade adjudicante notifica o adjudicatário, fixando-lhe um prazo, não superior a 5 (cinco) dias, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
- 25.11.** Quando as situações previstas no número anterior se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, a entidade adjudicante concede-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional de 5 (cinco) dias para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

26. Minuta e celebração do contrato

- 26.1.** A minuta do contrato é aprovada pela entidade adjudicante nos termos do disposto no artigo 98.º do CCP, juntamente com a decisão de adjudicação.
- 26.2.** Da minuta do contrato devem constar expressamente os termos ou condições da proposta adjudicada excluídos expressamente pela entidade adjudicante do contrato que se reportem a aspetos da execução do contrato não regulados pelo Caderno de Encargos e que não sejam considerados estritamente necessários a essa execução ou sejam considerados desproporcionados, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 98.º do CCP.

Procedimento n.º 18/2024

Programa do Procedimento

- 26.3.** A entidade adjudicante pode propor ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar, desde que estes resultem de exigências de interesse público e, tratando-se de procedimento em que se tenha analisado e avaliado mais de uma proposta, seja objetivamente demonstrável que a respetiva ordenação não seria alterada se os ajustamentos propostos tivessem sido refletidos em qualquer das propostas.
- 26.4.** A entidade adjudicante notifica o adjudicatário da minuta do contrato, assinalando expressamente os ajustamentos propostos.
- 26.5.** A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos consideram-se aceites pelo adjudicatário, quando haja aceitação expressa ou não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação, nos termos definidos no artigo 101.º do CCP.
- 26.6.** Os ajustamentos ao contrato que sejam aceites pelo adjudicatário são notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.
- 26.7.** A outorga do contrato deve ter lugar nos prazos e termos do CCP, indicando o representante do adjudicatário para outorga do contrato, e disponibilizando documento que ateste os necessários poderes para o efeito, se isso já não resultar dos elementos entregues ao longo do procedimento.
- 26.8.** A entidade adjudicante comunica ao adjudicatário o prazo para a outorga e remessa do Contrato, não podendo esse prazo ser inferior a 3 (três) dias.

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS

27. Encargos do concorrente

- 27.1.** São encargos do concorrente, todas as despesas inerentes à elaboração da proposta e celebração do contrato.
- 27.2.** As despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito, relativos aos contratos das entidades adquirentes, são da responsabilidade do adjudicatário.

Procedimento n.º 18/2024

Concurso Público para a celebração de Contratos Públicos de Aprovisionamento relativos ao fornecimento de veículos automóveis em regime de aluguer operacional para as Unidades de Saúde de Ilha do Serviço Regional de Saúde e para a Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social

28. Comunicações

- 28.1.** As comunicações relacionadas com o presente procedimento de contratação no que diz respeito a pedidos e resposta a esclarecimentos, listas de erros e omissões e apresentação de propostas serão efetuadas através da plataforma eletrónica de contratação *acinGov*.
- 28.2.** As restantes comunicações serão preferencialmente efetuadas através da plataforma eletrónica de contratação *acinGov*, sem prejuízo do disposto nos artigos 468.º e 469.º do CCP.
- 28.3.** Salvo quando referido em contrário neste Programa do Procedimento, todas as comunicações, declarações e documentos relacionados com o presente procedimento serão efetuados em português, sendo igualmente redigido em língua portuguesa o contrato a celebrar.

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a) do n.º 2 do artigo 36.º do RJCPRAA e a alínea a) do ponto 12.1 do Programa do Procedimento)

1 - _____ (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) _____ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do Caderno de Encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de _____ (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado Caderno de Encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) _____

b) _____

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (5)] (6);

Programa de Procedimento

- c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);
- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (11);
- f) Não tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto –Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na redação atual, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (12);
- g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho (13);
- h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão -de -obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (14);
- i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (16)] (17):
 - i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;

Procedimento n.º 18/2024

Concurso Público para a celebração de Contratos Públicos de Aproveitamento relativos ao fornecimento de veículos automóveis em regime de aluguer operacional para as Unidades de Saúde de Ilha do Serviço Regional de Saúde e para a Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social

Programa de Procedimento

- iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
- iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
- v) Infrações terroristas ou infrações relacionadas com atividades terroristas, nos termos previstos na lei penal, designadamente, na Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto, considerando as suas posteriores e sucessivas alterações;
- vi) Trabalho infantil e outras formas de tráfico de seres humanos, nos termos previstos na lei penal, designadamente, na Lei n.º 60/2013, de 23 de agosto.
- j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência;
- k) Não se encontra em incumprimento de obrigações em matéria ambiental, estabelecidas em normativos de direito internacional comunitário, nacional ou regional, que tenha dado lugar a sentença administrativa ou sentença judicial transitada em julgado em processos relacionados com infrações ou crimes contra o ambiente, se entretanto não tiver ocorrido a respetiva reabilitação, nomeadamente por terem incorrido numa das tipologias de crimes de perigo comum fixadas no Código Penal quanto a danos contra a natureza, violação de regras urbanísticas, poluição ou poluição com perigo comum, atividades perigosas para o ambiente;
- l) Não incorreu em deficiências significativas ou persistentes na execução de um aspeto essencial de um contrato público anterior celebrado com a entidade adjudicante em causa, que tenha conduzido à resolução contratual por incumprimento, à condenação por responsabilidade civil por danos causados ou a outras sanções contratual ou legalmente previstas;
- m) Que não diligenciou, por si ou por terceiro, no sentido de influenciar indevidamente a decisão de contratar, de obter informações confidenciais suscetíveis de lhes conferir

Procedimento n.º 18/2024

Concurso Público para a celebração de Contratos Públicos de Aprovisionamento relativos ao fornecimento de veículos automóveis em regime de aluguer operacional para as Unidades de Saúde de Ilha do Serviço Regional de Saúde e para a Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social

Programa de Procedimento

vantagens no procedimento de contratação, ou de terem prestado, com dolo ou negligência, informações erróneas suscetíveis de influenciar decisões procedimentais.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos e do n.º 2 do artigo 40.º do presente diploma, a apresentar a declaração que constitui o Anexo III referido nesta última norma, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (18)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

Procedimento n.º 18/2024

Concurso Público para a celebração de Contratos Públicos de Aproveitamento relativos ao fornecimento de veículos automóveis em regime de aluguer operacional para as Unidades de Saúde de Ilha do Serviço Regional de Saúde e para a Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social

Programa de Procedimento

- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (10) Declarar consoante a situação.
- (11) Declarar consoante a situação.
- (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (14) Declarar consoante a situação.
- (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (18) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.

Procedimento n.º 18/2024

Concurso Público para a celebração de Contratos Públicos de Aprovisionamento relativos ao fornecimento de veículos automóveis em regime de aluguer operacional para as Unidades de Saúde de Ilha do Serviço Regional de Saúde e para a Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA

(a que se refere a alínea b) do ponto 12.1 do Programa do Procedimento)

_____ (firma e sede ou nome e morada)¹, de _____ (micro, pequena, média ou grande) dimensão, representado(a) pelo seu gerente/administrador/representante comum _____ (nome, estado civil, naturalidade e morada)², tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do Programa do Procedimento e do Caderno de Encargos do Procedimento _____ (designação ou referência ao procedimento em causa), obriga-se a celebrar o fornecimento de:

Lote	Artigo	Quantidade de viaturas	Preço por km	Preço por km a mais	Preço por km a menos	Preço da renda unitário (mensal)	Preço da renda por artigo (mensal)	Preço da renda por artigo (anual)	Preço da renda por artigo (60 meses)	Preço global do lote

nos termos previstos no Caderno de Encargos, bem como a cumprir as demais obrigações constantes desse documento concursal e dos documentos que integram esta proposta, pelo preço da tabela supra, com exclusão do imposto sobre o valor acrescentado, o qual acresce IVA à taxa legal em vigor.

Mais declara que se submete, em tudo o que respeitar à execução do contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Local e data, Assinatura

¹ Se o concorrente for um agrupamento, proceder à identificação de todos os membros do agrupamento concorrente.

² Se aplicável.

ANEXO III

ESTIMATIVA DOS CUSTOS DO CICLO DE VIDA

Lote [.]

O concorrente apenas preenche os dados para o lote que concorre e aplica os pressupostos aplicáveis.

Pressupostos:

- Número de meses de utilização das viaturas: 60 meses;
- Custo de energia elétrica (€/kWh): 0,1736;
- Custo do gasóleo (€/L): 1,405;
- Custo da gasolina sem chumbo 95 (€/L): 1,570;
- Média de quilómetros mensais de 1500 km.

A. Custo estimado com energia

		Por viatura				Total ...
	N.º de Viaturas	Média de consumo nominal (L/100 km ou kWh/100km)	Consumo estimado/mês	Consumo estimado/ano	Consumo estimado/60 meses	Custo estimado Total
Lote [.]						
...						
				Total		

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere o n.º 2 do artigo 40.º do RJCPRAA e a alínea a) do ponto 25.1 do Programa do Procedimento)

1 - _____ (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) _____ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de _____ (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);

c) Não tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto –Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na redação atual, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (6);

d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho (7);

e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão -de -obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos

Procedimento n.º 18/2024

Concurso Público para a celebração de Contratos Públicos de Aproveitamento relativos ao fornecimento de veículos automóveis em regime de aluguer operacional para as Unidades de Saúde de Ilha do Serviço Regional de Saúde e para a Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social

Programa de Procedimento

termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);

f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência;

g) Não se encontra em incumprimento de obrigações em matéria ambiental, estabelecidas em normativos de direito internacional comunitário, nacional, regional, que tenha dado lugar a sentença administrativa ou sentença judicial transitada em julgado em processos relacionados com infrações ou crimes contra o ambiente, se entretanto não tiver ocorrido a respetiva reabilitação, nomeadamente por terem incorrido numa das tipologias de crimes de perigo comum fixadas no Código Penal quanto a danos contra a natureza, violação de regras urbanísticas, poluição ou poluição com perigo comum, atividades perigosas para o ambiente;

h) Não incorreu em deficiências significativas ou persistentes na execução de um aspeto essencial de um contrato público anterior celebrado com a entidade adjudicante em causa, que tenha conduzido à resolução contratual por incumprimento, à condenação por responsabilidade civil por danos causados ou a outras sanções contratual ou legalmente previstas;

i) Não diligenciou, por si ou por terceiro, no sentido de influenciar indevidamente a decisão de contratar, de obter informações confidenciais suscetíveis de lhes conferir vantagens no procedimento de contratação, ou de terem prestado, com dolo ou negligência, informações erróneas suscetíveis de influenciar decisões procedimentais.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas

nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a

Procedimento n.º 18/2024

Concurso Público para a celebração de Contratos Públicos de Aprovisionamento relativos ao fornecimento de veículos automóveis em regime de aluguer operacional para as Unidades de Saúde de Ilha do Serviço Regional de Saúde e para a Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social

Programa de Procedimento

aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (11)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (8) Declarar consoante a situação.
- (9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (11) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.

Procedimento n.º 18/2024

Concurso Público para a celebração de Contratos Públicos de Aproveitamento relativos ao fornecimento de veículos automóveis em regime de aluguer operacional para as Unidades de Saúde de Ilha do Serviço Regional de Saúde e para a Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social